

economia

Dólar ainda ocupa pouco espaço nos investimentos dos brasileiros

Estudo mostra que entre 15% e 18% da cesta de consumo dos brasileiros sofre influência da moeda

/ MERCADO FINANCEIRO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Mesmo sem comprar dólares ou realizar investimentos no exterior, os brasileiros convivem diariamente com a influência da moeda norte-americana sobre o custo de vida. Combustíveis, medicamentos, eletrônicos, passagens aéreas, alimentos e diversos insumos têm preços afetados pela variação cambial, fazendo com que oscilações do dólar impactem diretamente o orçamento das famílias.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que entre 15% e 18% da cesta de consumo dos brasileiros sofre influência direta ou indireta do dólar, percentual que varia conforme a faixa de renda. Na avaliação de especialistas, essa exposição nas despesas reforça o argumento de que parte do patrimônio também poderia estar protegida por investimentos ligados à moeda americana.

“O brasileiro já está exposto ao dólar, mas apenas pelo lado das despesas”, resume o planejador financeiro certificado pela Planejar, Stefano Tremea. Segundo ele, manter entre 15% e 20% do patrimônio em ativos dolarizados costuma ser uma estratégia adequada para quem vive no Brasil e tem a maior parte das despesas em reais.

“Se entre 15% e 18% dos nossos gastos são influenciados pelo câmbio, faz sentido que uma parcela semelhante dos investimentos também acompanhe o dólar. É uma forma de preservar o poder de compra diante das oscilações cambiais”, afirma.

A recomendação, entretan-



ASIF HASSAN/AFP/JC

Especialista recomenda destinar de 15% a 20% do patrimônio a ativos dolarizados para quem vive no Brasil

to, não depende apenas do perfil de risco do investidor. Segundo Tremea, fatores como patrimônio, planos de morar no exterior, viagens frequentes ou despesas recorrentes em dólar também influenciam essa decisão. Para quem pretende estudar ou viver fora do País, a exposição pode ser significativamente maior.

O economista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) Gustavo Inácio de Moraes destaca que a relevância do dólar decorre principalmente de seu papel como principal moeda das transações internacionais. “O petróleo, a soja, o milho, o minério de ferro e diversas commodities são negociados em dólar. Além disso, os Estados Unidos ainda possuem a economia mais produtiva e inovadora do mundo, o que sustenta a força da moeda”, explica.

Existe ainda o chamado

“pass-through cambial”, mecanismo que mede quanto das oscilações do dólar chega aos preços internos. “Hoje estima-se que entre 15% e 20% de uma variação cambial seja transmitida para a inflação ao longo de seis a doze meses. Como muitos insumos são importados ou negociados em dólar, esse custo acaba chegando ao consumidor.”

Apesar da importância do dólar na economia, especialistas observam que os brasileiros ainda concentram grande parte do patrimônio em ativos domésticos. Para Tremea, isso contrasta com a realidade de diversos países desenvolvidos, onde a diversificação internacional faz parte da estratégia patrimonial de grande parte dos investidores.

“O Brasil representa cerca de 1% do mercado de capitais mundial, enquanto os Estados Unidos concentram mais de 40%. Con-

centrar todos os investimentos apenas no mercado brasileiro significa abrir mão de oportunidades e permanecer excessivamente exposto aos riscos locais”, diz.

Ele lembra que hoje existem diferentes formas de obter exposição ao dólar sem necessariamente abrir uma conta no exterior. Entre as alternativas estão ETFs negociados na B3, BDRs, fundos de investimento internacionais e contas de investimentos em instituições estrangeiras.

Moraes avalia que a baixa participação histórica dos brasileiros em ativos internacionais esteve ligada principalmente às dificuldades operacionais existentes no passado. “Hoje esse acesso ficou muito mais simples graças à evolução tecnológica e ao surgimento de novos produtos financeiros. Cada vez mais brasileiros conseguem diversificar parte do patrimônio no exterior.”

Juros do consignado variam de 1,47% a 4,98% ao mês

/ CRÉDITO

O consumidor que pretende contratar empréstimo consignado pode encontrar taxas máximas de juros que variam de 1,47% a 4,98% ao mês, dependendo do banco e do perfil do cliente, de acordo com levantamento divulgado pelo Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo (Procon-SP).

A pesquisa comparou as taxas máximas praticadas por Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Safra e Santander para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), servidores públicos federais, estaduais e municipais e trabalhadores com carteira assinada.

A maior variação entre bancos foi observada no consignado para servidores municipais. A Caixa anuncia taxa máxima de 1,78% ao mês, e o Bradesco de 3,9%, uma diferença de 2,12 pontos percentuais.

No geral, a menor taxa identificada no estudo do Procon foi a do Santander para servidores públicos federais em contratos de 12 meses, de 1,47% ao mês. No outro extremo está o Bradesco, que cobra até 4,98% de funcionários de empresas privadas. As taxas para o consignado CLT são as mais altas, e variam de 3,33% na Caixa a 4,98% no Bradesco.

Servidores federais e aposentados e pensionistas do INSS aparecem com as menores taxas no cenário pesquisado pelo Procon. No caso do INSS, única modalidade em que há limite nos juros, Caixa aparece com juros máximos de 1,8% ao mês; Santander cobra 1,83%; Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Safra chegam a 1,85%, taxa máxima permitida para a modalidade.

Entre servidores públicos, os percentuais permanecem abaixo de 2% na maior parte das instituições. Segundo especialistas ouvidos pela reportagem, a principal explicação é o risco de inadimplência considerado pelas instituições financeiras. Aposentados e pensionistas do INSS recebem benefícios de forma contínua, e servidores públicos têm maior estabilidade no emprego. Isso reduz a probabilidade de interrupção dos pagamentos e permite que os bancos ofereçam juros menores.

Stablecoins ampliam o acesso dos brasileiros à moeda norte-americana

Além dos investimentos tradicionais, as chamadas stablecoins também vêm ampliando o acesso dos brasileiros à moeda americana. Esses ativos digitais são criptomoedas projetadas para acompanhar a cotação de moedas fiduciárias, como o dólar. Os principais exemplos são o USDT e o USDC, que buscam

manter paridade de um para um com a moeda norte-americana.

Segundo Tremea, uma das principais vantagens está na agilidade para movimentação internacional de recursos. “Enquanto uma remessa tradicional depende do horário de funcionamento do mercado e envolve spreads cobrados pelas institui-

ções financeiras, as stablecoins permitem transferências praticamente instantâneas, disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, muitas vezes com custos menores.”

O crescimento desse mercado tem sido acelerado. Juntas, USDT e USDC já somam mais de US\$ 260 bilhões em circulação

no mundo. Além da exposição cambial, algumas plataformas também oferecem possibilidades de remuneração sobre esses ativos digitais por meio de mecanismos como staking, ampliando as alternativas disponíveis para investidores que buscam combinar proteção cambial e geração de renda.